

AULAS PRÁTICAS DA DISCIPLINA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO NO CFO PM DA APMG/PMPR

Sidinei Hudach¹

RESUMO: O Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná, que ocorre na Academia Policial Militar do Guatupê, a qual possui vínculo com a Universidade Estadual do Paraná, sendo denominado em âmbito civil e acadêmico o curso, desde 2023, como Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública, possui disciplinas teóricas e práticas ao longo dos três anos de formação. Sendo assim, este estudo relata a experiência, nos anos de 2023 e 2024, na disciplina de Policiamento de Trânsito, Urbano e Rodoviário, das atividades de extensão ao final da disciplina, quando os discentes (Cadetes) passam por atividade práticas junto ao Batalhão de Polícia Rodoviária e Batalhão de Polícia de Trânsito, visando aplicar na prática o conhecimento teórico repassado em sala de aula. Diante disto, este estudo tem por objetivo geral relatar a experiência relativa às aulas práticas realizadas ao final da disciplina e como objetivos específicos apresentar as atividades acadêmicas de extensão realizadas pela Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), em seu curso de formação, para o mundo acadêmico e também, expor a visão particular deste docente durante a realização de tais atividades práticas de extensão. A metodologia utilizada durante as aulas práticas é classificada como ativa, por intermédio de aprendizagem em estações de trabalho. Ao final, conclui-se que a utilização de metodologias ativas junto aos discentes, corroborando as metodologias tradicionais já aplicadas no ensino policial, são positivas, pois incrementam o processo de ensino-aprendizagem e trazem o discente para o contato direto com a atividade-fim da Corporação e o colocam como protagonista do processo de ensino.

2089

Palavras-chave: Policiamento de trânsito. Polícia Militar do Paraná. Curso superior. Atividade de extensão. Fiscalização.

ABSTRACT: The Officer Training Course of the Military Police of Paraná, which takes place at the Military Police Academy of Guatupê, which is linked to the State University of Paraná, and has been called in the civil and academic spheres since 2023 as a Bachelor's Degree in Police Sciences and Public Security, has theoretical and practical subjects throughout the three years of training. Therefore, this study reports the experience, in the years 2023 and 2024, in the discipline of Traffic, Urban and Road Policing, of the extension activities at the end of the discipline, when the students (Cadets) undergo practical activities with the Highway Police Battalion and the Traffic Police Battalion, aiming to apply in practice the theoretical knowledge passed on in the classroom. In view of this, this study has the general objective of reporting the experience related to the practical classes held at the end of the discipline and as specific objectives to present the academic extension activities carried out by the Military Police Academy of Guatupê (APMG), in its training course, to the academic world and also to expose the particular vision of this teacher during the realization of such practical extension activities. The methodology used during the practical classes is classified as active, through learning in workstations. In the end, it is concluded that the use of active methodologies with the students, corroborating the traditional methodologies already applied in police education, are positive, as they enhance the teaching-learning process and bring the student into direct contact with the end activity of the Corporation and place him as the protagonist of the teaching process.

Keywords: Traffic policing. Military Police of Paraná. Higher education. Extension activity. Inspection.

¹ 1º Tenente QOPM. instrutor da disciplina de policiamento de trânsito, urbano e rodoviário, no Curso de Formação de Oficiais Policial Militar da Academia Policial Militar do Guatupê.

INTRODUÇÃO

O Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná, vinculado à Universidade Estadual do Paraná, possui uma grande variedade de assuntos tratados em suas disciplinas, durante os três anos de curso, que ocorre na Academia Policial Militar do Guatupê, em período integral. O curso mescla disciplinas relativas à gestão e administração pública, normas jurídicas e atividade policial, com aulas teóricas e práticas, conforme a realidade de cada ementa. Dentre as disciplinas relativas à atividade policial, a sua maioria possui atividades práticas, visando demonstrar a aplicabilidade prática do conteúdo teórico passado em sala de aula aos discentes. Uma dessas disciplinas, que compreende tais atividades, é a de policiamento de trânsito urbano e rodoviário, do segundo ano do curso, da qual este autor é o docente desde o ano de 2023.

Justifica-se o presente relato, em âmbito acadêmico, pois pretende-se descrever as atividades acadêmicas práticas realizadas na Academia Policial Militar do Guatupê, no Curso de Formação de Oficiais Policial Militar e demonstrar a diversidade do curso de graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública. Além disso, em âmbito social, objetiva-se com este relato divulgar a comunidade como ocorre a formação profissional do policial militar paranaense, mais especificamente do Oficial, visando desmistificar possíveis mitos envolvidos neste processo.

2090

Diante do exposto, este estudo tem por objetivo geral relatar a experiência relativa às aulas práticas realizadas ao final da disciplina, na qual os discentes acompanham e atuam nas operações de fiscalização de trânsito junto ao Batalhão de Polícia de Trânsito e Batalhão de Polícia Rodoviária. Além disso, como objetivos específicos deste trabalho, temos a oportunidade de apresentar as atividades acadêmicas de extensão realizadas pela Academia Policial Militar do Guatupê, em seu curso de formação, para o mundo acadêmico e também, expor a visão particular deste docente durante a realização de tais atividades práticas de extensão.

As atividades ocorreram dentro da disciplina, nos anos de 2023 e 2024, ao final da carga horária, após ter sido repassado em sala de aula os conteúdos teóricos, que seriam aplicados ao final na extensão. Ao todo, 6 turmas passaram por tal atividade, girando em torno de 200 discentes. Importante esclarecer, que na Academia Policial Militar do Guatupê, por consequência de ser uma instituição de ensino policial militar, as turmas denominam-se pelotões e os alunos, no Curso de Formação de Oficiais, são chamados de Cadetes. Além disso, nesta atividade prática foram utilizadas metodologias ativas de ensino, principalmente a de aprendizagem em estações de trabalho, conforme exposto neste relato.

Descrição e análise teórico-metodológica

O Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná (CFO PM), que objetiva a formação dos Oficiais Policiais Militares da Corporação Policial, ocorre na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), instituição de ensino superior, com vinculação acadêmica à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). O CFO PM, desde o ano de 1968 (Brasil, 1982) é reconhecido como sendo equivalente a curso de nível superior e, desde o ano de 2012 (Paraná, 2020), foi denominado, em âmbito civil, como Bacharel em Ciências Policiais e Segurança Pública, com parecer favorável do Conselho Estadual de Educação, homologado pelo Superintendente Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, sendo que no ano de 2022 (Paraná, 2024) o nome do curso foi alterado para Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública.

A corporação policial é composta por Oficiais e Praças, que respectivamente, exercem as funções de planejamento e execução do planejado (Poncioni, 2005, P. 594-595). Tal formação visa capacitar o discente egresso do mundo civil para as atividades de comando e policiamento. Importante destacar que as funções exercidas pelo Oficial Policial Militar é a de comando e gestão, seja na atividade operacional ou administrativa da Corporação. Diante disso, o curso visa proporcionar os conhecimentos teóricos e práticos para exercício pleno de tais funções após a formação, quando os discentes concluem o curso e são distribuídos para as unidades operacionais da Corporação, denominados Batalhões e Companhias Independentes, para passarem pelo estágio operacional, pelo período de um ano.

Diante do exposto, o curso possui uma gama extensa de disciplinas, teóricas e práticas, que visam repassar o máximo de conhecimento, em relação às possíveis atividades que o discente poderá exercer após formado, como gestão de pessoas, logística, financeira, normas jurídicas específicas do militarismo e também da atividade policial, como direito civil, administrativo, processual penal e penal. Além disso, como se trata de uma formação de um agente de segurança pública, policial militar, há também as disciplinas de policiamento, como tiro, defesa pessoal, policiamento ostensivo geral, abordagem policial, policiamento ambiental, policiamento de trânsito, entre outros temas, conforme projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública (Paraná, 2022).

A disciplina de Policiamento de Trânsito é composta pelos conteúdos relativos a fiscalização de trânsito urbana e rodoviária, área esta muito abrangente para o policiamento, pois envolve o policiamento ostensivo em vias urbanas, fiscalização de veículos e pessoas que

transitam em tais locais e também, as ocorrências atendidas nas cidades e rodovias, principalmente o atendimento de sinistros de trânsito, com ou sem vítimas, podendo em muitos casos se tratar de situações complexas, com envolvimento de produtos químicos ou perigosos.

Diante de tal complexidade, durante o curso, são realizadas as disciplinas de legislação de trânsito, que ocorre no primeiro ano, e policiamento de trânsito, urbano e rodoviário, no segundo ano. A primeira disciplina, no seu ementário e plano de disciplina (PLADIS), não possui atividades práticas envolvidas, somente teóricas. Já a segunda disciplina, que possui trinta horas-aula de carga horária, tem previsão de dez horas-aulas específicas para o policiamento de trânsito urbano e rodoviário. Durante a realização das vinte horas-aula da disciplina, os discentes são apresentados ao policiamento de trânsito de forma abrangente, tratando do sistema nacional de trânsito (SNT), que se encontra previsto no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), sendo que a Polícia Militar é integrante de tal sistema. Além disso, considerando se tratar de turmas com responsabilidade de gestão perante à Corporação são apresentados também os convênios firmados junto às autoridades de trânsito no estado, Departamento de Trânsito (DETRAN) e Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Inclui-se ainda, que durante as aulas expositivas, são apresentadas aos discentes as principais fiscalizações relativas ao trânsito urbano e rodoviário, como excesso de velocidade, alcoolemia, dispositivos de retenção veicular, ultrapassagens em locais proibidos, uso de celular, entre outras fiscalizações corriqueiras de trânsito previstas no CTB. Outro ponto importante abordado em sala de aula é em relação aos atendimentos de sinistros de trânsito, por intermédio do sistema Boletim de Acidente de Trânsito Eletrônico Unificado (BATEU) e também sobre os sinistros que envolvam produtos perigosos, conforme classificação realizada pelo Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (RTPP), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

2092

As aulas práticas nos anos de 2023 e 2024

No ano de 2023, as atividades de extensão ocorreram, no dia trinta de outubro para um pelotão, no dia trinta e um de outubro para outro pelotão, nos dois dias no período da tarde. Já no dia primeiro de novembro foram dois pelotões, um no período da manhã e outro no período da tarde. Todas essas atividades ocorreram, no Posto Rodoviário de Cabo César, do Batalhão de Polícia Rodoviária, na cidade de Almirante Tamandaré, na Rodovia Estadual dos Minérios (PR 092):

Figura 1 - Cadetes durante a atividade no dia 30 de outubro de 2023.



2093

Fonte: o autor.

Nestes dias de atividade de extensão, os Cadetes foram inicialmente apresentados às instalações do Posto Rodoviário e posteriormente a isso, lhes foi explanado sobre o objetivo da atividade naqueles dias e o planejamento realizado pelo docente. Os pelotões foram divididos em dois grupos. Um dos grupos, em torno de 15 discentes, deslocava a outro ponto da rodovia para utilização e contato dos aparelhos medidores de velocidade, denominados de forma leiga como radar, visando a experimentação em relação a esta fiscalização exclusiva do policiamento de trânsito rodoviário, na Corporação. Esse grupo era acompanhado por pelo menos um policial militar rodoviário, auxiliar do docente, que explicava sobre os aspectos técnicos do aparelho utilizado e também, sobre a atividade de fiscalização de fato, para que posteriormente, um a um, os Cadetes passassem pela experiência de fiscalização com o radar.

Já o outro grupo, que ficou no Posto Rodoviário, em torno de 15 discentes, era dividido em duplas ou trios e aplicados na atividade de fiscalização a veículos, principalmente focando

em veículos pesados, caminhões, reboques e semi-reboques, considerando ser majoritário o trânsito de tais veículos, em rodovias. Importante esclarecer, que nesta atividade os Cadetes tinham independência para o início da abordagem, fiscalização do veículo, documentação deste e do condutor, dos passageiros e para a confecção dos autos de infração de trânsito (AIT), por intermédio do GIT-MOBI, aplicativo no celular, da plataforma de Gestão de Infrações de Trânsito (GIT). Além disso, em decorrência das constatações em abordagens inicialmente de trânsito, os Cadetes constataram casos criminais, como o porte de entorpecentes, documentação falsa, crimes de trânsito previstos no CTB, dentre outras infrações, fazendo com que os discentes tomassem as providências criminais do fato constatado, por intermédio do sistema SESP-Intranet, no qual ocorre o registro do Boletim de Ocorrência Unificado (BOU) e Termos Circunstanciados de Infração Penal (TCIP). Com este grupo, sempre havia a presença do docente e policiais militares rodoviários que auxiliaram na instrução e estavam na “retaguarda” para tirar dúvidas e orientar os Cadetes, quando solicitados, visando não invadir e/ou deixar de lado o protagonismo dado aos discentes na atividade prática de extensão. Os métodos ativos nas atividades realizadas na disciplina, segundo Marques et. al. (2021), fazem com que "os alunos deixam de ser meros receptores de informações e passam a interagir tanto com o professor quanto com o restante da turma, de modo que as metodologias ativas permitem que eles vivenciem situações mais profundas de aprendizado."

2094

Estas atividades ocorreram nos dias especificados acima pelo período de cinco horas-aula, que segundo a Portaria de Ensino da PMPR, corresponde à quatro horas e dez minutos. Neste período, os grupos se revezaram, nas atividades especificadas acima, visando que os discentes passassem pelas duas atividades de forma satisfatória, tanto na fiscalização de velocidade, quanto na fiscalização geral de veículos pesados, conforme especificado acima.

Nos dias vinte e três, vinte e cinco, vinte e sete e vinte e nove de novembro, os discentes realizaram a atividade prática de extensão relativa ao policiamento de trânsito urbano, junto ao Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran) da Corporação. Em cada um dos dias, um pelotão específico passava pela atividade junto das equipes da Companhia Tático Móvel de Trânsito (COTAMOTRAN), grupo específico de policiais do Batalhão citado anteriormente, que trabalham especificamente em operações de fiscalização de trânsito urbano. Nestas atividades, os pelotões eram divididos em trios, visando que passassem e acompanhassem todas as atividades realizadas pelos policiais militares do COTAMOTRAN, nas funções de “selecionador”, que seleciona os veículos a serem abordados, de “segurança”, que realiza a

segurança dos policiais que estão na fiscalização, dos “fiscalizadores”, que realizam as abordagens aos veículos selecionados e do “fuga”, que ficam antes ou após ao local da operação visando que nenhum veículo tente fugir da abordagem policial de trânsito.

METODOLOGIA

Nas atividades práticas da disciplina, a metodologia ativa é muito utilizada, visando corroborar o processo aprendizagem dos discentes. Segundo Marques et. al. (2021):

No método tradicional de ensino os alunos são impedidos de se verem como criadores de conhecimento, sendo apenas consumidores, de modo que as metodologias ativas de ensino-aprendizagem vêm mudar esta realidade proporcionando um maior envolvimento dos alunos, incentivando a autoaprendizagem e a criatividade.

Esta metodologia vem corroborar a já utilizada nas aulas expositivas, dentro de sala, na qual as normas e procedimentos de policiamento de trânsito, para fiscalização e atendimento de ocorrências, são apresentados. O objetivo desta mescla de metodologias, tem como objetivo incrementar e diversificar a forma de sedimentar e construir o conhecimento junto aos discentes. Segundo Rivkin e Gim (2013), “a aula tradicional não é obsoleta, sendo essencial desenvolver a combinação de vários métodos de ensino para alcançar a melhor aprendizagem dos alunos e mantê-los engajados no curso e na profissão escolhida.”

A principal metodologia ativa utilizada nessas aulas, conforme relatado anteriormente, é a de aprendizagem em estações de trabalho, que segundo González-Soltero (2017, apud Marques et. al. 2021) “é usado em grandes grupos de alunos e poucos instrutores, após concluir todas as estações de trabalho, os alunos revisam seus conhecimentos e completam testes de avaliação.”

Importante trazer à tona neste relato a Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública (MACUNA), que objetiva nortear o processo formativo inicial e/ou continuado dos profissionais que atuam na área de segurança pública no país (Brasil, 2021, p. 11). Este documento apresenta as competências a serem desenvolvidas por cada profissional em segurança pública, na seguinte divisão: cognitivas, operativas e atitudinais. A seguir, com a divisão citada anteriormente, apresentam-se algumas competências da MACUNA que são trabalhadas nas atividades práticas de policiamento de trânsito, no CFO:

Competências Cognitivas
[...]

- Ser capaz de agir demonstrando domínio sobre a legislação, normas e regimentos internos aplicados à função e seus trâmites.

- Atuar demonstrando conhecimento sobre ética, cidadania e direitos humanos, respeitando-os. Ser capaz de respeitar os direitos humanos e cidadania na atuação profissional.
- Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre relações humanas e noções de psicologia.
- [...]
- Competências Operativas
- [...]
- Ter a capacidade de zelar pela manutenção e guarda dos bens, equipamentos e demais materiais sob sua responsabilidade.
- Capacidade de identificar situações de risco e antever sua ocorrência.
- Ao realizar revista em suspeitos, ter conhecimento sobre as técnicas de abordagem.
- Demonstrar domínio das técnicas de abordagem.
- [...]
- Competências Atitudinais
- [...]
- Capacidade de discernimento (julgar e agir de forma clara, com base na razão e sem deixar-se envolver por sentimentos e emoções). Capacidade de discernimento.
- Capacidade de trabalhar em equipe. [...] (Brasil, 2021, p. 21-29)

Diante do exposto, percebe-se que a atividade prática realizada na disciplina coaduna com o previsto na matriz norteadora da formação de agentes de segurança pública, desenvolvendo as competências que buscam habilitar o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionando-se, comunicando-se e estando consciente de suas ações (competências cognitivas), aplicar o conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente (competências operativas) e estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais (competências atitudinais) (Brasil, 2021, p. 18).

2096

Verifica-se ainda que, na Portaria de Ensino da Corporação (Paraná, 2014) um dos princípios do ensino militar estadual do Paraná é a iniciativa, já que "o ensino militar estadual deve favorecer a iniciativa do grupo, o esforço individual de pesquisa, de análise e de aprofundamento da cultura profissional e geral". Sendo assim, verifica-se que a utilização destas metodologias ativas encontra respaldo na norma de ensino da corporação. Segundo a Portaria de Ensino (Paraná, 2014):

[...]o ensino militar estadual obedecerá a um processo contínuo e progressivo de educação sistemática, constantemente atualizado e aprimorado, o qual se desenvolverá desde a formação inicial até os graus mais elevados de especialização e aperfeiçoamento, envolvendo teoria e prática. (grifo nosso)

Segundo Cotta (2023):

Para se formar um policial para além da *techné*, que se localiza na dimensão do conhecimento prático, é necessário compreender as *epistemes* presentes nos campos das ciências sociais, econômicas, políticas, históricas, psicológicas, entre outras. Apresenta-se, assim, a urdidura de um tecido interdependente, interativo e interretroativo. A natureza da atividade e da educação policial exigem um pensamento complexo e metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Este excerto trazido da pesquisa de Cotta se aplica ao ensino policial de modo geral, porém pensando na carreira policial militar, em que há a distinção de formação entre as Praças e os Oficiais, verifica-se como essencial que o processo formativo do Cadete, futuro Oficial da Polícia Militar, que exercerá funções de planejamento e gestão na Corporação, envolvam metodologias de ensino que repassem o conhecimento ao discente e o façam compreender a sua aplicabilidade no serviço policial e o pensamento crítico para inovar e alterar o que for necessário para eficácia da atividade policial militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto neste relato de experiência, os Cadetes na disciplina de Policiamento de Trânsito, Urbano e Rodoviário, do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná, por intermédio de uma metodologia ativa de ensino, são levados ao final da disciplina para a atividade-fim da Corporação, nos Batalhões de Polícia Rodoviária e de Trânsito, visando um contato direto com o conteúdo teórico apresentado em sala de aula, o qual é aplicado de forma práticas pelas unidades policiais já citadas.

O objetivo deste contato direto é o de sedimentar o conhecimento repassado anteriormente e principalmente incentivar para que o discente se torne o protagonista no processo de ensino-aprendizagem, fazendo com que as características esperadas no ensino militar estadual sejam atingidos, principalmente em relação a iniciativa para a resolução dos problemas encontrados no dia-a-dia da profissão policial militar.

2097

Segundo Poncioni (2005, p. 592) em relação a formação profissional do policial:

Pode-se apontar uma primeira importante consequência resultante do modelo profissional em foco – o descompasso entre o conhecimento adquirido para o desempenho do trabalho policial nos bancos das academias e a realidade na qual se realiza o trabalho cotidiano da polícia.

Sendo assim, as metodologias ativas aplicadas durante a realização das disciplinas no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná visam diminuir o descompasso citado pela autora acima, já que a teoria e prática são apresentadas ao discente, ainda no período formativo, trazendo a possibilidade de um pensamento crítico em relação à aplicabilidade ou não do conhecimento repassado em sala de aula e também se é condizente, real e atual o repassado pelo docente.

Na opinião deste autor, a atividade prática ao final da disciplina traz para o discente um conhecimento mais sedimentado e aplicado à realidade na qual estará após formado. Além disso, também, é uma forma do docente verificar se o repassado em sala de aula foi absorvido de

alguma forma pelas discentes, já que a participação do docente nesta atividade é mais para retirada de dúvidas e repasse de conhecimentos, quando solicitado pelo Cadete. Sendo assim, quanto mais autonomia nas decisões o Cadete apresenta durante a atividade prática, mais se verifica que o conhecimento e informações repassadas em sala de aula pelo Instrutor foram absorvidos de forma mais permanente e duradoura.

Além disso, esta atividade prática de forma multidisciplinar relaciona também os conhecimentos afetos aos pressupostos das práticas de policiamento comunitário, já que oportuniza ao discente que tenha contato direto com a comunidade no momento da atividade agindo de forma preventiva (Ferreira e Borges, 2020, p. 645), em relação a segurança pública e segurança viária. O policial quando atua na atividade de policiamento de trânsito, principalmente na fiscalização, visa coibir a infração por parte dos condutores que coloquem em risco a sua vida e a dos demais que estão no trânsito, ou seja, assume um papel importante na prevenção de atitudes que poderiam colocar vidas em risco. Diante disso, o Cadete quando na atividade prática de policiamento de trânsito assume papel protagonista na prevenção de crimes e infrações de trânsito, que podem colocar a segurança local em risco, se não prevenidas.

REFERÊNCIAS

2098

BRASIL. Parecer do Conselho Federal de Educação, nº. 400, de 2 de setembro de 1982. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 6 de setembro de 1982. Disponível em: https://www.apmg.pr.gov.br/sites/apmg/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/parecer_n._400-82_cfe.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL. Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública. Publicado em 6 de julho de 2021, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ensino-e-pesquisa/matriz-curricular-nacional>. Acesso em: 16 jun. 2025.

COTTA, Francis Albert. Ensino policial, complexidade e metodologias ativas de ensino aprendizagem nas academias. Publicado em 30 de agosto de 2024. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/ensino-policial-complexidade-e-metodologias-ativas-de-ensino-aprendizagem-nas-academias/> Acessado em 5 abr. 2025.

FERREIRA, Daniel Victor de Sousa; BORGES, Jacqueline Florindo. O policiamento comunitário como uma prática social e o gerencialismo na segurança pública: análises de uma unidade operacional da polícia militar. READ | Porto Alegre – Vol. 26 – N.º 3 – Setembro / Dezembro 2020 – p. 642-672. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.298.105005>

MARQUES, Humberto Rodrigues; CAMPOS, Alyce Cardoso; ANDRADE, Daniela Meirelles; ZAMBALDE, André Luiz. Inovação no ensino: uma revisão sistemática das

metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), [S.L.], v. 26, n. 3, p. 718-741, set. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772021000300005>.

PONCIONI, Paula. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 22-31, 05 mar. 2007. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/3/1>. Acesso em: 29 mar. 2025.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. Sociedade e Estado, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 585-610, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922005000300005>. Acessado em 5 abr. 2025.

PARANÁ. Portaria da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, nº. 027, de 4 de maio de 2020. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, PR, nº. 10.681, de 7 de maio de 2020. Disponível em: https://www.apmg.pr.gov.br/sites/apmg/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/dioe_07_de_maio-23.27-67-93.104.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

PARANÁ. Resolução do Secretário de Estado, Ciência, Tecnologia e Inovação, nº. 295, de 17 de dezembro de 2024. Reconhece o Curso de Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Bacharelado, ofertado pela Escola Superior de Polícia Militar (ESPM), da Academia Policial militar do Guatupê (APMG), unidade especial, academicamente vinculada à Unespar. Publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, nº. 11811, de 19 de dezembro de 2024.

2099

PARANÁ. Portaria do Comando-Geral, nº 330, de 14 de março de 2014. Aprova a Portaria de Ensino da PMPR. Acessado em 5 abr. 2025.

RIVKIN, A.; GIM, S. Student preferences regarding teaching methods in a drug-induced diseases and clinical toxicology course. American journal of pharmaceutical education, Arlington, v. 77, n. 6, p. 123, 2013.